

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 40, DE 13 DE ABRIL DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a sistemática orientadora para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 13 de abril de 2022, via **web** conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando:

- a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- o compromisso desta Universidade com a qualidade da formação profissional conferida pelos cursos de graduação oferecidos;
- as diretrizes políticas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- as mudanças socioeconômicas e políticas decorrentes do processo de globalização da economia, reforma do Estado e suas implicações na formação profissional, conferida pelos cursos da Instituição;
- os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela avaliação institucional,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a sistemática orientadora para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT, nos termos desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 2310.004654/2022-93.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**SISTEMÁTICA ORIENTADORA PARA ELABORAÇÃO E
ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UFT**

Anexo da Resolução nº 40/2022 - Consepe
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 13 de abril de 2022.

Palmas/TO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 40/2022 – CONSEPE

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Art. 1º O Projeto Político-Pedagógico de um Curso de Graduação é o conjunto de ações de caráter ambiental, humanístico, político, social e pedagógico relativas à formação acadêmico-profissional que se destinam a orientar a concretização da proposta curricular dos cursos de graduação. Para a elaboração, implementação, avaliação ou reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins devem ser observados os seguintes princípios:

I - comprometimento com a igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade, respeitadas as políticas de ações afirmativas;

II - qualidade da educação oferecida nos cursos de graduação;

III - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

IV - gestão democrática;

V - autonomia e liberdade para pensar, produzir e divulgar o conhecimento e os saberes, respeitando as concepções e práticas pedagógicas diferenciadas;

VI - valorização do magistério (formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, salários adequados, entre outros);

VII - participação de toda comunidade acadêmica e de diferentes segmentos sociais;

VIII - empreendedorismo, inovação e tecnologia;

IX - avaliação permanente de seus processos e resultados;

X - inovação e tecnologia;

XI - consideração às especificidades locais e regionais.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO

Art. 2º Entende-se por atualização de PPC o processo mediante o qual as mudanças são amplas e de modo geral, implicando modificações quanto ao currículo ofertado e, conseqüentemente, quanto à formação em geral almejada.

Art. 3º Entende-se por alteração pontual de PPC o processo mediante o qual pequenas mudanças ou correções são realizadas sem que isso altere o currículo ofertado ou possua maiores implicações na formação discente.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DA ATUALIZAÇÃO

Art. 4º A atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT tem por objetivos:

I - atender à legislação, às diretrizes curriculares do curso e às resoluções do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC;

II - cumprir com as demandas encaminhadas no relatório das Comissões de Avaliação do INEP;

III - considerar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pautadas nos eixos:

- a) educação inovadora com excelência e qualidade;
- b) inclusão social;
- c) inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo;
- d) reconhecimento social;
- e) mecanismos de governança pública; e,
- f) novas necessidades do mundo do trabalho.

IV - inserir a inovação pedagógica, por meio da análise dos princípios educativos que embasam a inovação na sua estruturação, assim como a inovação nas dimensões administrativo-pedagógica e comunitária;

V - revisão de ementas, matriz curricular, bibliografia básica ou complementar e reflexão acerca do processo formativo como um todo;

VI - alinhar e articular os PPCs com o PPI e PDI da Universidade, observando as diretrizes, os desafios, metas e ações do PDI vigentes.

VII - atualizar os PPCs de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os parâmetros do CNE/MEC e recomendações dos Conselhos, quando se aplicar.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO, DOS TEMAS E CONTEÚDOS

Art. 5º Os PPCs deverão apresentar uma organicidade em seu conteúdo, de modo que apresente uma coerência interna e externa. Entende-se por coerência interna, a uniformidade no que diz respeito aos dados apresentados no conjunto do PPC, de modo que não ocorram divergências entre a matriz curricular e o ementário, bem como quaisquer outras informações no interior do documento. Por coerência externa, destacamos a conformidade com o ordenamento jurídico vigente, incluindo as normativas infraconstitucionais e regulamentações do curso.

Art. 6º Os projetos deverão conter três eixos centrais:

I - organização didático-pedagógica – eixo alinhado à estratégias de ensino e aprendizagem, ações e concepção de mecanismos pedagógicos que contribuam para uma formação cidadã, focada em fortalecer habilidades socioemocionais, pensamento crítico e inovador;

II - Corpo Docente e Tutorial – eixo vinculado à existência e composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE, de equipe multidisciplinar, especificamente para cursos na modalidade à distância, atuação do coordenador, regime de trabalho, titulação e experiência profissional;

III - Infraestrutura – eixo que trata da especificação do espaço de trabalho para docentes, coordenadores e comunidade acadêmica em geral, conciliando com a identidade da instituição por meio de expansões físicas mediante construções, reformas e adaptações nos seus espaços para que apresente condições de ofertar ensino acessível e com o apoio de tecnologias educacionais concernentes à educação 4.0.

CAPÍTULO V

DO EIXO ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 7º O eixo organização didático-pedagógica deve prever, tal como preconizado no PDI:

I - a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

II - a aula como espaço de acolhimento, experimentação, construção e elaboração pessoal;

III - a multirreferencialidade;

IV - a interdisciplinaridade;

V - a ampliação da interface entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento;

VI - a ampliação da articulação entre teoria e prática como um princípio do

processo ensino-aprendizagem que possibilita ao discente o envolvimento com problemas efetivos, mediante o contato com os múltiplos aspectos da realidade, a proposição de soluções e sua atuação na construção do conhecimento;

VII - flexibilização curricular;

VIII - o estímulo ao desenvolvimento e/ou aprimoramento do perfil empreendedor nos alunos.

Art. 8º O eixo organização didático-pedagógica deverá possuir os seguintes tópicos:

I - Políticas Institucionais no âmbito do Curso;

II - Objetivos do Curso;

III - Perfil Profissional do Egresso;

IV - Estrutura Curricular;

V - Ementário;

VI - Conteúdos Curriculares:

a) Matriz Formativa;

b) Flexibilização Curricular;

c) Objetos de Conhecimento;

d) Programas de Formação;

e) Ações Curriculares de Extensão – ACE.

VII - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares;

VIII - Migração curricular;

IX - Metodologia:

a) Inovação Pedagógica;

b) Gestão de Metodologias e de Tecnologias Educacionais;

c) Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas;

d) Tecnologias Sociais;

e) Formação e Capacitação Permanente;

f) Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem;

g) Atividades de Ensino-Aprendizagem.

X - Estágio Curricular Supervisionado;

XI - Atividades Complementares;

XII - Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC;

XIII - Internacionalização;

XIV - Políticas de Apoio aos Discentes;

XV - Políticas de Pesquisa e Extensão;

XVI - Políticas de Inclusão e Acessibilidade;

XVII - Gestão do Curso e dos Processos de Avaliação Interna e Externa;

XVIII - Atividades Docentes e/ou de Tutoria.

Parágrafo único. Demais tópicos poderão ser acrescentados visando o atendimento de novas legislações.

Art. 9º A matriz curricular deve ser ofertada, impreterivelmente, no turno do curso e não extrapolar os dias letivos semanais.

Art. 10. A estrutura curricular e a consequente oferta do curso não podem depender da contratação e/ou liberação de códigos de vagas para docentes ou construção de infraestrutura.

CAPÍTULO VI

DO EIXO CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Art. 11. O eixo organização corpo docente e tutorial deverá possuir os seguintes tópicos:

I - Núcleo Docente Estruturante - NDE;

II - Equipe Multidisciplinar (obrigatório para EAD);

III - Corpo Docente ou de Tutores;

IV - Titulação, Formação e Experiência do Corpo Docente e/ou Tutores do Curso;

V - Interação entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância;

Parágrafo único. Não deve constar no PPC a previsão de liberação de códigos de vaga para andamento do curso.

CAPÍTULO VII

DO EIXO INFRAESTRUTURA

Art. 12. O eixo infraestrutura deverá possuir os seguintes tópicos:

I - Infraestrutura do Câmpus:

a) Sala de Direção do Câmpus;

b) Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes;

c) Salas de Aula;

d) Instalações Administrativas;

e) Estacionamento;

- f) Acessibilidade;
 - g) Equipamentos de Informática, tecnológicos e audiovisuais;
 - h) Biblioteca;
 - i) Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular - UC;
 - j) Periódicos especializados;
 - k) Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar;
 - l) Anfiteatros / Auditórios;
 - m) Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos;
 - n) Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados (obrigatório para os cursos da área de saúde);
 - o) Biotérios (obrigatório para os cursos da área de saúde);
 - p) Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística);
 - q) Núcleo de Práticas Jurídicas (obrigatório para Cursos de Direito ou de cunho jurídico);
 - r) Comitê de Ética em Pesquisa - CEP (obrigatório para todos os cursos que realizam pesquisa envolvendo seres humanos);
 - s) Comitê de Ética na Utilização de Animais - CEUA; (obrigatório para todos os cursos que realizam pesquisas com animais);
 - t) Área de lazer e circulação;
 - u) Restaurante Universitário (se houver).
- II - Infraestrutura do Curso:
- a) Ambientes Profissionais vinculados ao Curso;
 - b) Laboratórios - gerais e específicos para o curso;
 - c) Coordenação de Curso;
 - d) Bloco de Sala de Professores;
 - e) Outra infraestrutura do Curso.

Art. 13. A infraestrutura deve ser descrita exatamente como a oferecida. Não devem constar no PPC solicitações de infraestrutura ou previsão da mesma, assim como críticas à existente, dado que tais exposições não são pertinentes ao documento e devem ser encaminhadas ao setor cabível em ofício específico.

CAPÍTULO VIII

DA APROVAÇÃO DE ANEXOS

Art. 14. A aprovação dos anexos aos PPCs será realizada pelo colegiado do curso e encaminhada para aprovação no Conselho Diretor do Câmpus. Diante destas aprovações, os

anexos não serão analisados, por ocasião da atualização do PPC, pela câmara de graduação e demais participantes do processo, sendo de responsabilidade das instâncias que os aprovaram o conteúdo dos referidos documentos.

Art. 15. São vedados no anexo, textos que:

I - solicitem o aumento de contratação de professores, ou que requeiram mais códigos de vagas;

II - requeiram infraestrutura não existente;

III - tenham considerações de cunho pessoal ou político;

IV - aumentem a carga horária total do curso;

V - alterem o turno do curso;

VI - modifiquem o quantitativo de vagas ofertadas.

Parágrafo único. Nenhum conteúdo anexado deve ser divergente da estrutura apresentada no PPC ou alterado.

CAPÍTULO IX

DA PADRONIZAÇÃO DE FORMATAÇÃO DO PPC

Art. 16. Será encaminhado ao curso o modelo para inserção das informações, o qual deverá ser utilizado, impreterivelmente, sem alterações quanto à disposição dos tópicos, tabelas e demais componentes.

CAPÍTULO X

DO FLUXO PARA A ATUALIZAÇÃO

Art. 17. A atualização do PPC passará pelo seguinte fluxo:

I – Elaboração pelo NDE;

II – Aprovação pelo Colegiado do Curso;

III – Envio à Direção do Câmpus para aprovação do Capítulo VIII - INFRAESTRUTURA e, se houver, de anexos aprovados previamente pelo Colegiado do Curso;

IV – Inserção do PPC no sistema PPC+;

V – Recebimento do processo pela Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação - CDRG e andamento do trâmite processual interno de análise para a emissão de parecer;

VI - Envio à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores - SOCS para encaminhamento e demais instâncias para a aprovação em Conselho Superior.

CAPÍTULO XI

DO TRÂMITE PROCESSUAL INTERNO DE ANÁLISE

Art. 18. Ao receber o processo contendo o PPC, a CDRG encaminhará este:

I - ao parecerista, para análise quanto ao cumprimento das diretrizes curriculares do curso;

II - ao Sistema de Bibliotecas - SISBIB, para análise das ementas quanto ao acervo bibliográfico institucional;

III - à Diretoria de Registro e Controle Acadêmico - Dirca, para análise da oferta quanto às equivalências e migração;

IV - a Procuradoria Educacional Institucional - PEI, para conferência dos dados do curso quanto ao preconizados nas informações do sistema e-MEC;

V - à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - Proex, para análise da creditação e especificidades da Extensão;

VI - à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Propesq, para análise dos dados referentes às Políticas de Pesquisa.

Parágrafo único. As análises e conferências devem retornar à CDRG em formato de Parecer.

Art. 19. Cabe à CDRG a comunicação com os cursos, caso ocorra a necessidade de ajustes apontada nos pareceres, assim como a conferência técnica-pedagógica, mediante parecer, antes do envio à Câmara de Graduação (via SOCS).

CAPÍTULO XII

DAS ATRIBUIÇÕES NAS ANÁLISES DE PPCS

Art. 20. Cabe ao NDE do curso, enquanto órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, a formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e no ordenamento jurídico.

Art. 21. Cabe aos Colegiados de Curso a discussão, conferência do cumprimento das exigências e aprovação do PPC para encaminhá-lo aos trâmites processuais seguintes.

Art. 22. Cabe ao Coordenador do Curso o acompanhamento do processo, envio de informações e respostas ao que for solicitado, assim como a observância dos prazos para adequações.

Art. 23. Cabe às Pró-reitorias as orientações necessárias para a elaboração dos PPCs no que for de sua competência, por meio de capacitações e/ou instruções direcionadas às especificidades dos cursos.

Art. 24. Cabe à Prograd realizar o acompanhamento dos cursos de graduação, oferecendo apoio integral às coordenações dos cursos no tocante às orientações para o cumprimento dos Projetos Pedagógicos.

Art. 25. Cabe aos pareceristas participantes da Comissão de análise de PPCs atender a solicitação de emissão de parecer referente ao conteúdo específico das diretrizes curriculares dos cursos.

Art. 26. Cabe ao SISBIB a análise e conferência da bibliografia presente nas ementas dos PPCs, quanto à disponibilidade ou viabilidade de aquisição.

Art. 27. Cabe à Dirca atender as solicitações de análise da matriz curricular, quanto à oferta das disciplinas, tabela de equivalência e processo de migração.

Art. 28. Cabe ao PEI a conferência dos dados dos cursos em relação aos cadastros dos mesmos no Sistema e-MEC, por ocasião da análise do PPC ou por solicitação do curso.

Art. 29. Cabe à Propesq e Proex analisar e conferir os dados referentes às Políticas de Pesquisa e Extensão, respectivamente.

Art. 30. Cabe à SOCS os encaminhamentos processuais internos dos PPCs até a publicação da resolução de aprovação dos mesmos.

Art. 31. Cabe à Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, dar suporte, orientação, treinamento ao usuário do sistema de gestão de PPC, controle de acesso e manutenção no Sistema PPC+.

Art. 32. Cabe à CDRG a conferência da presença dos itens necessários ao projeto, a comunicação com os demais participantes das análises, enviando a eles os PPCs, recebendo os pareceres e encaminhando ao curso interessado.

CAPÍTULO XIII

DA CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE PARECERISTAS

Art. 33. Será constituída comissão por docentes e do quadro efetivo que se disponibilizem à análise de PPCs dentro de sua área de conhecimento.

Art. 34. O servidor interessado deverá enviar à CDRG os dados profissionais solicitados, juntamente com a formação acadêmica e área de conhecimento, na qual tal formação é inclusa.

Art. 35. A Prograd será responsável pela divulgação da abertura da comissão, recebimento de aceites de participação e encaminhamento dos dados dos membros para a emissão de portarias.

Art. 36. A designação do parecerista será pela ordem de inscrição. Serão consideradas a compatibilidade entre a área do curso a ser analisado com a área de formação acadêmica e de conhecimento do parecerista. Preferencialmente os pareceristas devem ser avaliadores de cursos e, ou, serem membros de NDE de Câmpus diferentes do Câmpus do PPC do curso que será analisado.

CAPÍTULO XIV

DO PERÍODO PARA AJUSTES

Art. 37. Quando ajustes se fizerem necessários, o PPC será encaminhado para o NDE e para a Coordenação do Curso para que as recomendações sejam atendidas no prazo máximo de 10 dias úteis.

Art. 38. Se, após o primeiro ajuste, ainda permanecerem inadequações, será realizada reunião com o Colegiado do Curso para a adequação realizada conjuntamente com os responsáveis pelas análises, devendo o arquivo com o PPC finalizado ser encaminhado ao término da reunião.

Art. 39. O arquivo do PPC que for enviado ao colegiado para os devidos ajustes, terá preferencialmente formato protegido nas informações que já estiverem adequadas, sendo possível a alteração somente no texto que a necessite.

CAPÍTULO XV

DAS ALTERAÇÕES PONTUAIS

Art. 40. Quando a atualização do PPC for realizada em partes pontuais e específicas, a solicitação deverá ser encaminhada à SOCs que realizará o trâmite interno, a qual deverá contar com a emissão de parecer técnico-pedagógico pela Prograd, deferimento pela Câmara de Graduação e posterior aprovação pelo Consepe.

Art. 41. Incluem-se em alterações pontuais a possibilidade de elaboração de errata, para fins de revisão de ementas, bibliografia básica ou complementar e nomenclaturas de disciplinas, bem como pequenas alterações que não sejam de caráter estrutural.

Parágrafo único. As alterações pontuais não devem acarretar mudanças significativas na estrutura do curso, no que tange à oferta e grade curricular.

CAPÍTULO XVI

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 42. Recomenda-se que as bibliografias básicas, contidas no ementário, possuam no máximo três referências e a bibliografia complementar com no mínimo cinco e no máximo sete títulos.

Art. 43. As disciplinas optativas podem ser incluídas ao PPC por meio de apêndice, devendo passar por aprovação do Colegiado do Curso, pelo Conselho Diretor do Câmpus e deverão ser enviadas à CDRG para análise pedagógica, e DIRCA para análise de carga horária e cadastro no Sistema.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Os dispositivos presentes em deliberações do Consepe e Consuni que sejam contrários a esta Resolução ficam inaplicáveis durante a vigência desta Resolução.

Art. 45. Fica revogada a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe nº 05/2005.

Art. 46. Os casos omissos serão tratados pelas Coordenações de Curso, Direção de Câmpus, pela CDRG e pela Pró-reitoria de Graduação, na ordem da sua competência.

Art. 47. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.